

Ouvindo vozes

Edmar Oliveira

Ouvindo vozes

Histórias do hospício e lendas do Encantado

Inclui Anotações para o cemitério dos vivos, de Lima Barreto

Vieira & Lent

Rio de Janeiro, 2009

© 2009 by Edmar Oliveira

Direitos desta edição reservados a
vieira & lent casa editorial Ltda.
Rua Senador Dantas 118 | cj.407
20031-201 | Rio de Janeiro | RJ
Telefax | 21 2262 8314
editora@vieiralent.com.br
www.vieiralent.com.br

Editor assistente *Raphael Vidal*
Capa *Verbo Arte e Design* | *Fernando Leite*
Editoração e projeto gráfico *Leandro Collares (Selênia Serviços)*
Revisão *Cristina Augusto de Moura e Maria Beatriz Branquinho da Costa*

Editado conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990
em vigor a partir de 2009.

Capa: Obra de Raphael Domingues. Acervo do Museu de Imagens do Inconsciente.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

O46o

Oliveira, Edmar
Ouvindo vozes : histórias do hospício e lendas do Encantado / Edmar Oliveira. - Rio
de Janeiro : Vieira & Lent, 2009.
280p. : il.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-88782-60-0

1. Instituto Municipal Nise da Silveira - História. 2. Doentes mentais - Cuidado e
tratamento - Rio de Janeiro (RJ). 3. Assistência em hospitais psiquiátricos - Rio de Janeiro
(RJ). I. Título.

09-2801.

CDD: 362.2040981
CDU: 364.4-616.89-008

09.06.09 18.06.09

013234

1ª edição, agosto de 2009
© *vieira & lent* casa editorial Ltda.

*O real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.*

João Guimarães Rosa

Para que este livro fosse possível tive o amparo de algumas fadas: Patrícia Schmid e Ana Cecília, que com a mágica do condão fizeram histórias banais virarem fábulas; Sandra Chaves e Ariadne, que me ensinaram a escrever: usar vírgulas e acertar concordâncias e discordâncias; Marcelina, por não se importar que eu fosse o louco e não o médico.

Sumário

Um guiço no prefácio, 9

Antes do começo, 13

Manual do gestor, 19

O voo da vitória, 28

Os antigos castelos, 33

As dores de um parto prematuro, 41

No quintal da loucura, 48

Ferindo o dragão, 55

Das urgências da alma, 70

A morte da morte silenciosa, 77

No calor da luta, 85

O hospício dentro de nós e a morte no hospício, 87

Das dores da alma, 93

Quatro guerreiros contra o dragão, 100

Vidas soterradas, 116

Voltar a viver, 124

Seu João Barbeiro, 133

Estrangeiros de outros hospícios, 137

Das dúvidas, 143

Geração de sonhos, 149

O caminhante das estrelas, 156

Riqueza histórica, 163

Das encenças da política, 170

Posfácio

E se essas histórias só ficarem nas páginas de um livro?, 179

Cronologia da Saúde Mental no Brasil, 185

Notas, 195

Imagens..., 197

Sobre Lima Barreto, 209

Anotações para o cemitério dos vivos, de Lima Barreto, 211

Um guizo no prefácio

QUEM SE ARRISCAR A FAZER A travessia destas páginas poderá vir a descobrir apenas um lamento de quem se atreve a buscar razões na insânia. Tanto que o mote é loucura. Porém, convenhamos assim, enfrente a árdua leitura como apenas um depoimento, uma versão. O mundo que vemos não é mais que isso. Várias versões. Não desejamos aqui saber dos significados e significantes da linguística ou do Lacan.¹ Nos apoiamos na vivência, nas narrativas, no afeto de quem ama essas coisas. Nem pensem na irresponsabilidade das letras a seguir. Simplesmente nos desvencilhamos de todas as armadilhas do saber. Ele existe e muito lhe devemos. É cruel, mas necessário. Fiz um trabalho acadêmico que está depositado nas prateleiras da biblioteca do Engenho de Dentro. Lá estão, há as citações, as referências, a bibliografia do que li e sei, de outras que não entendi, outras mais de que discordei. Paciência. Aqui só usei da narrativa. Sem nenhum compromisso com a verdade ou a Academia. Como uma versão, apenas minha, que terá oposições de outras versões. E é muito bom que seja assim. Isto é só um “apaixonamento” da alma. Porque sem ela, seja o que for esse substantivo, não podemos tomar partido de nada.

A narrativa de que aqui se trata está apoiada nas vozes dos loucos do Instituto Municipal Nise da Silveira, mais conhecido como hospício do Engenho de Dentro, já que se encontra na anti-

ga Estrada do Engenho de Dentro que vinha do Méier em direção ao sertão carioca. Na encosta do morro dos Pretos Forros. O sítio do hospício separa o bairro do Engenho de Dentro do bairro do Encantado. Encantado, diz a lenda, por conta de uma carruagem que sumiu nas águas do rio Faria. Encantou-se. As histórias que aqui temos o atrevimento de contar entraram pelo Engenho adentro e saíram no Encantado. Do lado de dentro para o lado de fora. São lendas do Encantado. Apenas palavras, histórias contadas e ouvidas no meio de um lugar nenhum. Como que a despertar vidas soterradas no hospício. Quase um voltar a viver dos que se agarraram aos sonhos. Sobreviventes de um naufrágio da alma. E nas palavras nos socorremos para descrevermos nossos sonhos. A única arma que me resta é a palavra. Ela pode ferir, incomodar, ressuscitar polêmicas. É desse lugar, qual o bufão escudeiro de D. Quixote,² que lavro o verbo. Como testemunha do que aconteceu, escarafunchando o passado, as construções do presente e as projeções do futuro. O que é cantado hoje pode ser um ruído infernal amanhã. Podem interromper a leitura e saltar o resto desse prefácio os que não conhecem um hospício. O que vem daí pra frente é um inventário de apropriações indébitas e reconhecidas. Só podia escrever na primeira pessoa depois de ouvir a voz de muita gente. Vozes reais e imaginárias.

Algo do que digo aqui são vozes que saíram da boca de Ariadne, Flávia, Ana Raquel, Cândido, Patrícia Schmid, Mônica Marchese, Gilson, Sônia Poswolski, Rossana, Sandra Helena, Regina Roquete, Edilberto, Dimas, Ana Paula, Rogério, Viviane, Luiza, Rosângela, Jussara, Patrícia Guimarães, Vilma, Adriana Rosa, Clema, Íris, Érika Pontes, Carlos, Aline, Renata, Ana Paula, Fernanda, Luciane, Luciana, Kelly, Rita de Cássia, Severina, Cyntia, Ana Maria Lambert, Cacilda, Seu Madeira, Solange,

Marta, Valéria, Adriene, Paula Borsoi, Patrícia Miranda, Maria Kemple, Mariana, Aline, outra, Marta Macedo, Mônica Cadei, Karine, Karla, Marcos José, Gina Ferreira, Cristina Macedo, Lula Vanderlei, Esther Bussman, Carmem Sobreira, Paulo Botelho, Gilson, Andréia, Lúcia, Bete Babo, Daniele, Rosely, Luizão, Marilene, Maria Helena, Lúcia, Ana Paula, uma outra, Eda Neimar, Aníbal, Conceição, Pricila, Alzira, Sandra, Kátia Frazão, Laerte, Távora, Márcia Selma, outra Viviane, Marcelo, Roberto, Luiz Carlos, Luizinho, Celso, outro Roberto, Nelson, Adriano, Paulo, Lira, Pinto, outro Luiz Carlos, Júnior, Gladys, Teresinha, Ana, Jobson, Diderot, Márcia, Bete, Flávia, Débora, Sérgio, Carol e muitas outras gentes que aconteceram. Do lado de fora não tenho como não agradecer a Hugo, Madalena, Patrícia, Andréia, Martha Moraes, Borga, Cláudia Nastari, Luis Cláudio, Constância e a todas as pessoas que tentaram construir uma rede de saúde digna de nota.

Essas pessoas e outras — que porventura esqueci — dividiram o sonho comigo. Contudo, se tiverem coragem, me acompanhem, os melhores personagens ainda se farão presentes com suas vozes, quando falarem mais à frente.

Antes do começo

AS HISTÓRIAS AQUI CONTADAS ACONTECEM NO hospício de Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, em processo de desativação. Esse hospício carrega a marca de sua história singular, secular e idiossincrática que, como ferro em brasa, atravessou a alma das criaturas que habitaram seus subterrâneos. Antes do começo, o bairro do Engenho de Dentro foi herdeiro do primeiro hospício da América Latina. Bela construção em mármore imponente, que se ergueu na época do Império, na Praia Vermelha, lugar onde hoje é o bairro da Urca e fica localizado o Pão de Açúcar, um dos símbolos da cidade. Vamos antes falar do Rio antigo, na corte de Pedro II. É no dia da sagração de Pedro II, o Imperador menino, aos 16 anos, em 18 de julho de 1841, “desejando assignalar o fausto dia da Minha Sagração (...) hei por bem fundar um Hospital destinado privativamente para o tratamento de Alienados”, que se imagina uma casa de doidos no Brasil. Entre o decreto e a inauguração, são mais de dez anos de construção do hospício. E na Praia Vermelha, por ser um lugar estratégico.

A entrada para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro fazia-se pela bela Baía de Guanabara, guarnecida na sua embocadura para o oceano pelo Forte de São João, no Rio, e a Fortaleza de Santa Cruz — onde hoje é Niterói. A baía era o ancoradouro das naus que faziam a travessia dos mares e nos traziam os

visitantes. Esses visitantes, ao entrarem na Baía de Guanabara a partir de 1852, poderiam ver, à esquerda, a primeira edificação da cidade, o hospício de Pedro II, como a anunciar que a civilização estava definitivamente cravada no Novo Mundo. Uma cidade que cuida de seus loucos é uma metrópole civilizada, pois já se passara quase um século da libertação dos loucos por Pinel, na França, o berço da Europa civilizada. Libertação que foi tirar os loucos da Bastilha e enfiá-los no manicômio, imaginário tratamento que se transformou em pesadelo.

Localizar o hospício, mesmo hoje desativado, pode ser feito com ajuda de fotografias e pinturas da época: à direita, o morro do Pão de Açúcar, que no futuro aferrolharia o bondinho, cartão-postal da cidade. À esquerda, tudo deserto naquele tempo, avistava-se o costado da montanha do Corcovado, que, em 1931, recebe a estátua do Redentor e passou a ser o símbolo da cidade.

Se isto ainda não fosse percebido pelo visitante que aqui chegava na segunda metade do século XIX, o prédio imponente da Praia Vermelha mostrava, antes de se chegar ao centro da cidade, que o Império sabia cuidar de seus loucos. E ao descer no cais do porto, no Largo do Paço, o visitante podia constatar a higiene urbana traduzida pelo recolhimento dos loucos da via pública. Entretanto, o Império, mesmo tendo inventado o hospício, tinha tolerância com seus “loucos mansos”. A imprensa da época retrata a presença de vários tipos pelas ruas, que só eram levados ao hospício na crise aguda. Um desses tipos, o rei Zulu, era mesmo recebido pelo Imperador Pedro II no dia do “beija-mão”, deixando-o abençoar seus “súditos”, dividindo com o “colega” o recinto público, num belo exemplo de tolerância à loucura. Historinha digna de nota: na República, Zulu

não foi recebido por Deodoro e, recolhido ao hospício, morreu triste.

Junto com as lutas dos ideais republicanos, os alienistas, ainda no Império, reivindicavam maior poder no hospício, que já estava a produzir um “excesso de contingente”, provocando o surgimento das colônias da Ilha do Governador. Os alienistas queriam mostrar que o excesso era decorrente da não medicalização do hospício, que, segundo eles, fora desviado da proposta de Pinel.³ Passados cem anos, propuseram a implantação da Doutrina Moral do início da psiquiatria, chamada de “Pedagogia da Ordem” sob a tutela médica. A organização científica poderia conduzir o hospício para a cura e diminuiria o excedente, que povoava as colônias. É interessante notar que, após a “tomada do hospício” pelos alienistas, na República, a “fúria classificatória” médica organiza os pavilhões, mas não evita o excesso, que agora vai para as colônias “organizadamente”, dentro da classificação diagnóstica dada pelo poder do ato médico. E, se não iam às colônias, pior sair ao cemitério. O São João Batista ficava atrás do hospício, não muito longe, no dizer de Lima Barreto,⁴ que prometia ir à tumba se de novo fosse parar na Praia Vermelha. Foi sem precisar voltar ao hospício.

Se para as colônias da Ilha do Governador ia o excedente masculino desde ainda na Monarquia, na República, essas colônias foram transferidas para Jacarepaguá, local mais espaçoso e mais longe das vistas, e aparece, no início da segunda década do século XX, a colônia de Alienadas do Engenho de Dentro. As colônias masculinas eram essencialmente agrícolas, tendo no trabalho braçal o que se imaginava terapêutico, apesar da praga das saúvas que infestavam a Ilha do Governador. No Engenho de Dentro, a colônia feminina teve outro destino.

Ainda no Império, a Estrada de Ferro D. Pedro II, que ligava a Corte à região cafeeira do Vale do Paraíba, fez aparecer no “sertão” carioca os bairros que vão compor o subúrbio do Rio de Janeiro. Nos primeiros anos do século XX, vários desses bairros se consolidam como alternativas mais baratas e saudáveis de vida, dado o inchaço populacional da cidade. Méier, Piedade, Inhaúma, Todos os Santos e Engenho de Dentro, entre outros, registram já trinta por cento dos habitantes da Capital Federal no final do século XIX. Se cada uma dessas localidades tem uma história característica, a do Engenho de Dentro é singular. A implantação de uma grande oficina de conserto de trens — onde hoje são o Museu do Trem e o Estádio do Engenhão — faz a região ser conhecida como “Bairro das Oficinas”.

Isto porque, em torno da oficina de trens, artífices e oficinheiros de vários matizes colocavam sua mão-de-obra especializada à disposição da cidade, num só local. Fenômeno que, mais tarde, vai se reproduzir no comércio de outros bairros do subúrbio, com a concentração de uma atividade o bairro tornar-se especialista: em luzes e luminárias, Benfica, em refrigeração, Cascadura, em doces, Quintino, entre outros.

Outra característica de Engenho de Dentro, consequência da concentração de artífices, é a proliferação de pequenas fábricas pelo bairro. Na rua Maria Flora havia uma fábrica de louças que, quando desativada, foi transformada por Oswaldo Cruz em enfermaria para internar pacientes durante o surto de cólera, em 1908. Em 1911, essa mesma edificação vai receber o primeiro “contingente de excedente” feminino do hospício da Praia Vermelha.

Assim nascia a colônia de Engenho de Dentro, que tem um crescimento vertiginoso com o recebimento de novos hóspedes. No segundo ano de funcionamento, mais um pavilhão é construí-

do para duzentas novas almas, classificadas como incuráveis pelo hospício Nacional. No seu apogeu, o hospício de Engenho de Dentro chega a abrigar mais de 1.500 pessoas em seus pavilhões, que se espalham na encosta do Morro dos Pretos Forros e se deram no bairro do Encantado, na divisa do Engenho de Dentro. Três décadas depois de inaugurada a colônia, já com a denominação de Centro Psiquiátrico Nacional, todos os pacientes da Praia Vermelha foram transferidos para o Engenho de Dentro, num movimento de afastar a loucura do centro da cidade e levar para o subúrbio. O hospício já não era visto como o centro de cura de uma metrópole civilizada, mas um depósito de vidas soterradas para a cura da sociedade, que fora infectada por degenerados biológicos. No Engenho de Dentro, tem lugar o desenvolvimento das experiências biológicas eugênicas, com a fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental. Foi construído, além de um pavilhão de isolamento para doenças infectantes, o Bloco Médico Cirúrgico, com maternidade e clínicas especializadas para os loucos. O que se passava por trás dos muros inspirava medo aos habitantes do bairro. Só após muito tempo mostrou-se ao bairro o que havia atrás desses muros, pois poucos dos que estavam lá dentro circulavam aqui fora.

Embora o bairro tenha a rua das Oficinas, ruas Dr. Leal e Dr. Padilha — donos de pequenas fábricas no subúrbio —, essas atividades não vingaram. Não há vestígios de oficinas e fábricas, como característica do bairro no Engenho de Dentro de há muito tempo. Ironicamente, parece que a oficina que prosperou foi a da “fábrica de loucos”. E justamente nessa fábrica, em véspera de completar 100 anos, foi instalado um processo de desativação do qual tratam estas linhas, para contar história e histórias de almas, soterradas na escuridão do tempo, que renasceram para a vida no

Encantado. Ainda estamos antes do começo. Em *Anotações para o cemitério dos vivos* (ver p. 211), Lima Barreto narra sua passagem pela Praia Vermelha. Mas, ainda bem, quis o destino — quase sempre tão cruel com o escritor — que Lima Barreto não fosse soterrado em vida, piorando ainda mais seu triste fim. Aos “sem cura”, o destino eram as colônias. Essas colônias, filiais da matriz da Praia Vermelha, cresciam à medida que o alienista, em sua “fúria classificatória”, a elas encaminhava almas condenadas pela falta da cura, embora a matriz as fabricasse com intensidade. Nestas páginas, vamos tentar seguir a história da filial, que incorporou a matriz para destino e glória do alienismo nacional.

Manual do gestor

JÁ HAVIA EXERCIDO CARGOS DE DIREÇÃO aqui e ali, na própria instituição e fora dela, antes de assumir a direção do hospício para a tarefa que descreverei. Entretanto, estava, no anteceder do encargo, afastado deles por quase dez anos. Por uma trajetória que aqui não vou narrar, não tinha mais interesse em exercer a função de direção, tão envolvido estava com a prática clínica. Comparada às atividades burocráticas, a prática clínica em Saúde Mental tem uma vantagem: a loucura dos pacientes é bem menor que a loucura da máquina pública para o funcionamento de um serviço.

Há muito tempo eu já conhecia os mecanismos delirantes da máquina burocrática e, numa de minhas renúncias aos cargos públicos, explicitiei essa tese a meu chefe. Embora, naquele instante, isso parecesse não ser novidade, em várias oportunidades dessa minha experiência seria surpreendido de forma muito mais intensa que no passado. Nada é tão ilógico como a gestão pública, a máquina parece organizada para não funcionar. Se é assim tão complicado, por que aceitei a tarefa? Talvez deva esta explicação a mim mesmo mais do que aos outros.

Lembro que vinha sendo pressionado pelos colegas para voltar a um cargo público, no que relutava sempre, tão satisfeito estava com o trabalho clínico. Argumentava que a velha institui-

ção que me abrigava tinha que ser direcionada, para ser compatível com o que convenciamos chamar de Reforma Psiquiátrica, em três aspectos: (1) a municipalização da instituição — que era federal — (2) sua integração na rede de saúde local e, (3) pelo menos, a intenção dos gestores em permitir uma grande transformação nos rumos do hospício secular. Como o grave defeito do contador de histórias é falar demais, imagino que morde a língua e o engodo. A velha instituição, junto com outros hospitais federais, foi municipalizada; os gestores, nos planos federal, estadual e municipal, ofereceram a intenção reclamada, e a arrumação foi colocada na minha cota de responsabilidade. Se assim não foi, assim entendo que aconteceu.

De fato, a direção que me antecedeu queria recuperar o Hospital como o gigante que havia sido no passado e, fora alguns funcionários preocupados com os rumos da Reforma Psiquiátrica, a maioria dos servidores queria as glórias do hospício conquistadas no passado. Essa marca do passado, impressa no presente, seria um grande problema a ser superado no futuro de que trata este depoimento. Na minha concepção, fora as dificuldades de hotelaria, pela degradação do abandono de décadas, a decadência era até um facilitador de sua desativação. Mas não comungava desse mistério com os outros fiéis, inclusive com meus primeiros parceiros da equipe inicial. E ainda foi muito forte a marca que a municipalização trouxe ao corpo de servidores: sentiam-se diminuídos. Ser federal dava muito mais *status* que municipal. A instituição não recebeu bem o que entendia ser um rebaixamento. A fratura não se instalou ali, porque meu antecessor não era bem quisto e, além disso, não foi muito presente. Se não fui bem recebido, mal também não, como era um funcionário de carreira da instituição — federal também — podia entender o suposto desprestígio que

a prefeitura representava. Meu antecessor, sabendo da exoneração, escafedeu-se, não passou o cargo. Foi ruim chegar assim no que parecia vazio.

Dois meses depois de estar na função, fui empossado. Nesse tempo, andei feito um zumbi entre pacientes e funcionários, nas alamedas e pavilhões. Também bati pernas, conhecendo os serviços do distrito sanitário, onde estava adormecido o paquidérmico hospício, isolado do mundo, da cidade, do bairro, vivendo por trás de muros altos, dentro de si, sem se importar com o que acontecia lá fora. Fui, com vagar, montando a equipe de diretores. Gente de fora, de dentro, tendo em comum apenas o discurso da Reforma Psiquiátrica. Um discurso que não era tão homogêneo assim, como veria depois. Entre essas atividades frenéticas, os pensamentos eram quase como ouvidos do lado de fora da cabeça, feito vozes que os pacientes costumam escutar, tentando elaborar um plano gestor. As tarefas do dia a dia não me aborreciam, fazia-as com facilidade, dado minhas experiências anteriores. Novo e desafiador era o projeto a ser executado no macro, na conjuntura, na desconstrução do hospício. Por onde começar? E a resistência que advinha dos contrários a esse propósito? Perguntas complicadas.

Por essa época fazia uma releitura de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa.⁵ Justo na parte em que Riobaldo assume a chefia do bando para proteger Diadorim e fazer glória e justiça no território das Gerais, comecei a anotar o que a literatura podia me ensinar sobre como conduzir um bando para fazer o projeto. A primeira lição de Riobaldo: “Um chefe carece saber é aquilo que ele não pergunta.” Milhões de exemplos me valeram a verdade desse enunciado do gestor jagunço. Prestando atenção nos interstícios “foucaultianos” da instituição, muito aprendi sobre seus segredos, que me foram úteis ao elaborar a proposta. Durante todo o perío-

do de gestão, aprimorei saber aquilo que não perguntava. Em uma instituição do peso daquela, sem as trocas com o lado de fora, se o diretor tiver ouvidos, ele acaba sabendo de tudo o que acontece. Desenvolvi uma capacidade sensitiva para ouvir o que Guimarães e Foucault podiam me ensinar. O primeiro, com a perspicácia de saber sem perguntar. O segundo, na arqueologia de revolver camadas do sítio paleontológico das relações de poder. O enfermeiro do hospício herdou as práticas do serviço de guarda primitivo, misto de carcereiro e juiz dos acontecimentos de dentro da enfermaria. A contenção, o sossega-leão (medicação injetável de sedação), a saída da enfermaria, o cigarro, as roupas, o privilégio do banho, em suma, o prêmio e o castigo, eram decisões desse funcionário primitivo, senhor dos destinos, preso à história de uma psiquiatria do passado. Dessa situação não se sabia perguntando, mas revolvendo camadas das relações dos pequenos poderes. Perdi o hábito de perguntar e, no remexer das camadas institucionais, muito aprendi para elaborar um plano de ação.

Riobaldo também dizia que “ser chefe, às vezes, é isso: que se tem de carregar cobras na sacola, sem concessão de se matar”. Muito mais cedo do que imaginava, esse dito me foi muito valioso. Um membro da equipe mostrou-se contrário ao projeto de desativar o hospício. Começou mesmo a fazer propostas contrárias ao projeto apresentado. O restante da equipe percebeu a dificuldade de continuarmos juntos. Entretanto, avaliamos que, por razões de injunções internas, não era o momento da ruptura. Tentei acalmar todos, fazendo-os entender que ser chefe é isso: ter que carregar cobra etc., com os devidos cuidados. Foi preciso aguardar o momento oportuno de matar as cobras. E não precisava mostrar o pau, já que as cobras estavam sob nossa responsabilidade e atuando junto. Evitar o bote era a missão do gestor.

Foram inúmeras as vezes em que os conselhos de *Grande sertão: veredas* me ajudaram a evitar que o projeto fosse posto em risco. Basaglia⁶ já dizia para colocar entre parênteses a doença para que o paciente fosse visto. Riobaldo propunha colocar parênteses nas cobras para que a situação fosse melhor avaliada.

Como mais um exemplo de manual do gestor jagunço de *Grande sertão: veredas*, anotamos na nossa carta de intenções: “Ao chefe não convém deixar os outros repararem que ele está ansiando preocupação incerta.” Essa sapiência propositiva foi dividida com todos os chefes que compunham nossa equipe. Era preciso certeza na dúvida para conduzir o projeto frente às adversidades. A preocupação incerta pode existir, mas não pode ser percebida. Não observar essa proposição pode transmitir uma insegurança que coloca em risco a direção a seguir, que não contenha grande hegemonia. Essa ansiedade pode provocar a desavença.

No entanto, naquele momento de solidão, dois meses antes da posse, esses mandamentos só me apuravam a fé cega. Não tinha ainda amolado a faca. Vagando, perambulando, um plano foi se formando. Mas atrás de uma névoa, que só viria a se dissipar após consolidar uma equipe, para que o pensar coletivo pudesse enunciar uma proposta.

O momento da posse foi surpreendente. O grande auditório não tinha lugar para todos. Amigos com cargos públicos, sem cargos, pessoas de outras instituições, outras que não conhecia, ou só de nome, chegaram de todas as partes. Sentei à mesa com dois secretários, da Ação Social e da Saúde, com a coordenadora de Distrito e com o prefeito da cidade. Se lembro disso agora, é porque essa surpresa despertou em mim a expectativa da tarefa que deveria ser levada a cabo. E aumentou a responsabilidade e a angústia dos dois meses anteriores. Por certo, depois de tanto

tempo, muitos nem lembram mais e, com certeza, não devo ter correspondido a todas as expectativas ali colocadas. Registro aqui este momento para destacar a importância que teve a cerimônia para mim e para a equipe dirigente que estava sendo montada naqueles dois meses que antecederam a homologação do cargo e do projeto. Meu discurso improvisado resumia uma proposta ainda não definida. Na medida em que desativar o hospício pressupunha a construção de serviços em comunidade, era difícil aceitar a nomeação da instituição como Centro Psiquiátrico Pedro II. Isso porque esse título simbolizava uma proposta centrípeta, tendo o leito hospitalar como a finalidade do tratamento. A proposta que ainda imaginava, e sobre a qual tinha as primeiras discussões com a equipe, era de natureza centrífuga, para fora da enfermaria e do leito, ou seja, para a cidade, o bairro e a comunidade. Pelo menos a descentralização era imaginada como meta. Não se havia ainda elaborado como alcançar a meta. Tínhamos, primeiro, de acertar entre a equipe, antes de combinar com o adversário. O que ocorreu mais merecia ser contado como piada, vista a reação em gargalhada da plateia. Destaco o ocorrido porque representa, de uma forma engraçada, as diversas dificuldades que tive com a máquina pública e seus burocratas, que sempre pareceram trabalhar para enlouquecer a linha de comando de quem fica na ponta do sistema, e para destacar o tal “jogo de cintura” que se exige dos cargos públicos com os superiores poderosos. Durante minha fala, discorria sobre os conceitos de centrípeta e centrífuga, para falar de uma política de Saúde Mental que fugisse do leito. Enquanto dizia o que seria a proposta centrífuga, o senhor prefeito da cidade me corrigiu, dizendo que o termo que significava para fora era centrípeta, numa tentativa de me ajudar no discurso. Certo de que as palavras se prestam a confusões, sendo a intenção do

alcaide apenas professoral, não me cabia sair de um trilho que podia atrapalhar meu raciocínio improvisado. Mesmo sabendo que estava certo, concordei com o erro apontado pelo prefeito, argumentando, com a plateia cúmplice, que não se pode discordar do prefeito, mas que dali pra frente, entendessem que centrípeta significava sair do centro para a periferia, por decreto municipal. Assim continuei meu discurso.

Várias vezes tive que usar desse expediente para fazer o tão propagado “jogo de cintura”. Acrescentei esse truque ao meu manual de gestor.

Desse dia, que me marcou muito, o principal estava por vir: a festa que os pacientes do hospital — no qual eu estava lotado até ser convidado para a direção — fizeram foi inesquecível. O responsável pela cantina, em cujo serviço trabalhavam pacientes, havia proposto preparar o bufê da cerimônia de posse. Mas as autoridades da prefeitura não concordaram, argumentando que o prefeito e os secretários estariam presentes, o que, no fundo, encobria o preconceito com o trabalho dos “maluquinhos”. Fiquei do lado dos pacientes, confiando na colega que coordenava a oficina. A discussão foi feita na véspera da festa. Combinamos assim, na minha teoria adaptada do “jogo de cintura”: para as autoridades, a prefeitura prepararia o bufê; para os outros convidados, o “rega-bofe” seria de responsabilidade dos pacientes. Foi impossível conter o riso e o prazer ao ver o pessoal da prefeitura apavorado com o atraso do bufê das autoridades, enquanto os pacientes serviam os outros convidados no tempo certo e com uma qualidade de encher os olhos famintos do meio-dia. As autoridades, não aguentando esperar o bufê oficial, beliscavam o “rega-bofe” da periferia.

Do lado de fora, a festa rolou durante todo o dia. Barraquinhas, conjuntos musicais, um encantamento nos pacientes

que circulavam livres das amarras e das grades que os prendiam. Nunca vou esquecer a esperança nos olhares. Ali parecia construído um compromisso que jamais abandonei: era para os seres excluídos e soterrados que se faria toda a ação daquela gestão. Compromisso anotado no manual do gestor. Foi pelo brilho do olhar que firmamos o compromisso. Uma professora de dança da Secretaria de Ação Social, amiga de tempos, me fez lágrimas nos olhos. Dançou com um paraplégico, que caía da cadeira de rodas para o palco, em movimentos mágicos da dança que dispensava a ação da gravidade. Naquele dia firmei um compromisso que carrego comigo. Se com ele era possível levitar, porque não libertar vidas aprisionadas na gravidade centrípeta do hospício?

O dia terminaria entre chopos, comemorações e êxtases.

Na ressaca do dia seguinte, voltou a angústia de antes. Fiquei com meu manual de gestão incompleto. Embora não tivesse sido responsável pela internação de ninguém, a casa estava cheia de desclassificados da sociedade, mas classificados nos diagnósticos científicos. E ainda tinha muitas dúvidas no manual, que não se completariam naquele momento, só muito depois. Apesar de já ter especialização em gestão pública, fiz questão de fazer novo curso de formação. Ser submetido aos bancos escolares da academia foi um sacrifício enorme. Mas precisava estar preparado e conhecer o campo do inimigo para colocar na luta nosso exército de Brancaleone.⁷ No final do curso, apresentei um trabalho, elaborado pela minha equipe, com as linhas gerais do planejamento estratégico para a ação da desativação do manicômio. E tudo o que ali se planejou, foi executado.

Menos de um ano depois daquele início de trabalho, senti que ele ressoava lá fora e ainda não era percebido pela popula-

ção. Um vizinho do hospício, de uma sensibilidade apurada nas agruras da vida e — ao que tudo indica — pela psiquiatria ameaçadora, enviou-me um bilhete de advertência. Como se estivesse com medo de que me desviasse do propósito iniciado. Anotei cada palavra no meu manual. Aliás, transformei a advertência singela no primeiro mandamento — embora nunca o tenha conhecido — e, em destaque, colei na parede do meu gabinete, para que todos pudessem ver e eu decorar, pela insistência da leitura de todos os dias. Assim dizia Luiz Nunes Brasil, que assinava a advertência:

Sr. Diretor, lembra-te de combater os crimes e evitar as doenças transmitidas por psiquiatria, com psiquiatria, em psiquiatria. Obrigado.